O BRICS E A AGENDA DE DESDOLARIZAÇÃO: AVANÇOS E DESAFIOS NA PRESIDÊNCIA DO BRASIL

Thaís Araripe[1]
Luiza Peruffo[2]
André Moreira Cunha[3]

O BRICS tem buscado ativamente uma agenda de desdolarização e reforma do sistema monetário e financeiro internacional (SMFI), visando reduzir a dependência do dólar norte-americano e estabelecer sistemas alternativos de pagamento e liquidação. Nesse contexto, este artigo investiga os caminhos e desafios para o avanço da construção de sistemas alternativos aos liderados pelas potências ocidentais e para a discussão de uma possível moeda comum do BRICS. A pesquisa contextualiza-se nas tensões geoeconômicas globais e na crescente contestação da dominância do dólar, particularmente durante a presidência do Brasil no BRICS em 2025. Conclui-se que a abordagem do país tem sido equilibrada, buscando expandir sua autonomia estratégica enquanto atua em equilíbrio entre dois polos de poder antagônicos, a saber: a China e os Estados Unidos. Ainda que o BRICS tenha gradualmente construído uma arquitetura alternativa por meio de uma combinação de arranjos monetários locais, o grupo enfrenta desafios devido à complexidade da coordenação de sistemas financeiros distintos, limitações institucionais e pressões geopolíticas. Conclui-se que, nos curto e médio prazos, a prioridade estratégica do BRICS – especialmente a do Brasil em 2025 – concentrou-se no aprofundamento de estudos sobre pagamentos em moedas locais, sem prever a criação imediata de uma moeda comum, representando uma inflexão pragmática em relação à cúpula russa de 2024. O uso de moedas alternativas, como o *renminbi* chinês, acompanha a tendência de multipolarização monetária e integra a estratégia de internacionalização da China, mas permanece distante da relevância do dólar no uso entre os países do BRICS.

Palavras-chave: desdolarização; BRICS; sistema monetário e financeiro internacional; moeda do BRICS; *renminbi*.

THE BRICS AND THE DE-DOLLARIZATION AGENDA: ADVANCES AND CHALLENGES UNDER THE BRAZILIAN PRESIDENCY

The BRICS group has been actively pursuing an agenda of de-dollarization and reform of the international monetary and financial system (IMFS) in recent years, aiming to reduce dependence on the US dollar and establish alternative payment and settlement systems. This article examines the pathways and challenges in advancing mechanisms outside the control of Western powers, as well as the debate over a potential BRICS common currency. The analysis is situated within global geoeconomic tensions and the growing contestation of dollar dominance, with particular attention to Brazil's presidency of the BRICS in 2025. Findings indicate that Brazil has adopted

1. Doutoranda em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *E-mail*: thais.araripe@ufrgs.br. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-1019-9079.

2. Professora adjunta de economia no Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS. *E-mail*: luiza.peruffo@ufrgs.br. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-5744-4804.

3. Professor titular de economia no Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS; e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). *E-mail*: andre.cunha@ufrgs.br. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3746-5974.

a balanced approach, seeking to expand its strategic autonomy while navigating between two opposing poles of power: China and the United States. Although the BRICS have gradually built an alternative financial architecture through a combination of local currency arrangements, the bloc faces significant obstacles due the complexity of coordinating diverse financial systems, institutional limitations, and geopolitical pressures. In the short and medium term, the strategic priority of the BRICS – and especially of Brazil in 2025 – focused on deepening studies on local currency payments, without envisioning the immediate creation of a common currency, marking a pragmatic shift from the Russian summit in 2024. Finally, the use of alternative currencies, such as the Chinese renminbi, aligns with the trend toward monetary multipolarity and is part of China's broader internationalization strategy, yet remains far from matching the dollar's centrality in intra-BRICS transactions.

Keywords: de-dollarization; BRICS; international monetary and financial system; BRICS currency; renminbi.

LOS BRICS Y LA AGENDA DE DESDOLARIZACIÓN: AVANCES Y DESAFÍOS BAJO LA PRESIDENCIA BRASILEÑA

Los BRICS han impulsado una agenda de desdolarización y reforma del sistema monetario y financiero internacional (SMFI), con el objetivo de reducir la dependencia del dólar estadounidense y establecer sistemas alternativos de pago y liquidación. Este artículo analiza las vías y desafíos para avanzar en la construcción de mecanismos alternativos a los liderados por las potencias occidentales, así como el debate sobre una posible moneda común del BRICS. La investigación se enmarca en un contexto de crecientes tensiones geoeconómicas globales y de contestación de la hegemonía del dólar, con especial atención a la presidencia de Brasil en 2025. Se concluye que Brasil ha adoptado una postura equilibrada, orientada a ampliar su autonomía estratégica mientras mantiene un delicado balance entre dos polos de poder antagónicos: China y Estados Unidos. Aunque el bloque ha desarrollado gradualmente una arquitectura financiera alternativa mediante arreglos monetarios locales, enfrenta obstáculos significativos derivados de la complejidad de coordinar sistemas financieros diversos, de las limitaciones institucionales y de presiones geopolíticas. En el corto y mediano plazos, la prioridad estratégica de los BRICS – y en particular de Brasil en 2025 – se centró en profundizar los estudios sobre pagos en monedas locales, sin prever la creación inmediata de una moneda común, lo que representa una inflexión pragmática respecto a la cumbre rusa de 2024. El uso de monedas alternativas, como el *renminbi* chino, sigue la tendencia hacia una multipolarización monetaria e integra la estrategia de internacionalización de China, aunque aún lejos de la relevancia del dólar en las transacciones intra-BRICS.

Palabras clave: desdolarización; BRICS; sistema monetario y financiero internacional; moneda de los BRICS; *renminbi*.

JEL: F33; F40; F50.

DOI: http://dx.doi.org/10.38116/rtm38art10.

Data de envio do artigo: 14/8/2025. Data de aceite: 22/10/2025.

1 INTRODUÇÃO

A constituição do grupo BRICS incita debates desde sua gênese, especialmente diante do fato de que sua origem não estava ancorada em afinidades políticas ou estratégicas, mas na formulação de uma sigla criada por um analista de mercado para identificar economias emergentes com potencial de crescimento (O'Neill, 2024). Desde então, o grupo tem sido alvo de críticas quanto à sua coesão e efetividade, frequentemente associadas à assimetria de poder econômico – sobretudo a predominância chinesa – e à heterogeneidade estrutural entre seus membros, que dificultaria a consolidação de interesses comuns a longo prazo (Stuenkel, 2013). A recente ampliação do grupo, com a incorporação de novos países, reacende essas discussões ao introduzir novas camadas de complexidade institucional, política e econômica (Ferragamo, 2025; O'Neill, 2024).

Não obstante, há um objetivo comum que se destaca entre o grupo: a reforma do sistema monetário e financeiro internacional (SMFI), pauta que ganhou força no contexto da crise financeira global de 2008 (Duggan, Azalia e Rewizorski, 2022; Petry e Nölke, 2024; Roberts, 2019; Roberts, Armijo e Katada, 2017). Tradicionalmente, a visão do BRICS de um SMFI mais equitativo envolve tanto uma maior participação de seus membros na governança econômica global quanto a redução da dependência do dólar e das infraestruturas de pagamento controladas por potências tradicionais. Como economias de mercado emergentes (EMEs), os países do BRICS enfrentam restrições estruturais impostas pelo papel central do dólar, como a necessidade de acumular reservas cambiais e a exposição a ciclos de instabilidade financeira (Ocampo, 2017; Fritz, Paula e Prates, 2018; Prates, 2017). Além disso, são sub-representados em instituições como o FMI e carecem de mecanismos eficazes de resolução da dívida (Hooijmaaijers, 2021).

Novos contornos da geopolítica recentes – em particular as sanções financeiras dos Estados Unidos (EUA) contra a Rússia em fevereiro de 2022, que acenderam alertas sobre a crescente "armamentização" do dólar, e, mais recentemente, o anúncio de tarifas "recíprocas" pelo presidente Donald Trump, em abril de 2025 – trouxeram o tema da desdolarização ao topo da agenda do BRICS. Esse senso de urgência se intensificou com a imposição de tarifas a diversos países – incluindo o próprio Brasil – como retaliação às críticas à hegemonia monetária estadunidense feitas durante a Cúpula do Rio de Janeiro em julho de 2025 (Estados Unidos, 2025) e as críticas às inovações financeiras em sistemas digitais de pagamentos como o Pix (Krugman, 2025). Nesse contexto, a agenda de desdolarização passa a se configurar mais claramente como uma estratégia geopolítica, refletindo disputas abertas por autonomia e influência em um SMFI hierárquico e assimétrico.

A situação se torna ainda mais complexa porque, apesar do desejo do BRICS de desdolarizar, não há uma alternativa clara ao *greenback*. Embora a proposta de

criação de uma moeda comum do bloco esteja em debate, na prática, o *renminbi* (RMB), moeda chinesa, é que desponta como substituto mais viável ao dólar. As ambições da China de internacionalizar sua moeda convergem para o crescente impulso, especialmente entre EMEs, de reduzir a dependência do dólar (Lee e Lim, 2024; Zhang, Cui e Campbell-Verduyn, 2023). Para muitas EMEs, como o Brasil, esse afastamento do sistema dolarizado tem ocorrido por meio da diversificação monetária e da adoção crescente do RMB em diferentes esferas (Peruffo, Cunha e Bichara, 2024).

É nesse contexto de tensões geopolíticas acirradas e crescente contestação à dominância do dólar que o Brasil assume a presidência do BRICS (Nicas, 2025). Partindo dessa posição, este trabalho propõe-se a investigar quais são os caminhos e desafios, do ponto de vista brasileiro, para avançar na construção de sistemas de pagamento e liquidação alternativos aos liderados pelas potências ocidentais e na discussão sobre uma possível moeda comum do BRICS. Após esta breve introdução, a segunda seção apresenta a agenda do BRICS em relação à desdolarização. A terceira discute o papel do bloco para o Brasil. Nas duas seções seguintes, é construído um histórico das cúpulas do BRICS no que tange ao fortalecimento de arranjos alternativos de pagamento e liquidação, e aos desafios e implicações da eventual criação de uma moeda comum. Ainda, debate-se o potencial do RMB de atuar como moeda alternativa ao dólar para o grupo. Por fim, a sexta seção traz as considerações finais. Conclui-se que, no curto e médio prazo, a prioridade estratégica do BRICS – em especial, do Brasil na presidência de 2025 – refletiu o aprofundamento de estudos sobre arranjos de pagamentos em moedas locais, sem projetar a criação imediata de uma moeda comum, adotando uma ruptura pragmática em comparação à cúpula da Rússia em 2024. O recurso a moedas alternativas, como o RMB, acompanha a multipolarização monetária e integra a estratégia chinesa de internacionalização, mas permanece bem distante da importância do dólar em relação ao seu uso entre os países do BRICS.

2 BRICS ANTE A AGENDA DE DESDOLARIZAÇÃO: PANORAMA HISTÓRICO E DESAFIOS ATUAIS

A atuação coordenada do BRICS em prol da desdolarização ganhou tração após a crise financeira global, quando o grupo passou a discutir mecanismos alternativos e pressionar por reformas na governança econômica global herdada de Bretton Woods (Armijo e Katada, 2015; Katada, Roberts e Armijo, 2017). Já em sua primeira declaração conjunta, em 2009, os países do então BRIC defendiam maior alinhamento entre poder econômico e influência política, com destaque para o fortalecimento da representatividade das economias emergentes nas instituições de Bretton Woods (BRIC, 2009). Desde então, a crítica à centralidade do dólar evoluiu para uma agenda mais articulada de desdolarização, vista hoje como um

processo de longo prazo sustentado por duas frentes: a criação de uma infraestrutura financeira paralela ao ecossistema do dólar – incluindo novas câmaras de compensação, plataformas de liquidação e instituições de crédito – e os esforços para reformar as regras do sistema vigente (Liu e Papa, 2022). Neste contexto, três vetores conferem caráter estratégico à agenda: i) o histórico desconforto com o "privilégio exorbitante" do dólar; ii) sua crescente instrumentalização geopolítica; e iii) a sub-representação do BRICS na governança econômica internacional.

Inicialmente, o processo de desdolarização emerge como resposta às vulnerabilidades estruturais impostas pela centralidade da moeda dominante no SMFI. Apenas a moeda que alcança tal patamar dispõe de plena liquidez global, servindo simultaneamente como meio de pagamento, unidade de conta e reserva de valor. Dessa forma, é permitido que o país emissor opere sem as mesmas pressões de ajuste externo impostas a outras nações, pois sua moeda permanece permanentemente demandada (Cohen, 2015; Gopinath *et al.*, 2020; Gourinchas, Rey e Sauzet, 2019). Conforme a expressão cunhada por Valéry d'Estaing, à época ministro das finanças francês, no cerne dessa estrutura tem-se o "privilégio exorbitante" do dólar, título que se refere aos benefícios econômicos e políticos conferidos aos EUA como país emissor da moeda dominante (Eichengreen, 2011).

Como consequência, esse fenômeno não só molda o ciclo financeiro internacional, mas também intensifica a instabilidade sistêmica (Gourinchas, Rey e Sauzet, 2019). Na prática, é possível observar o fenômeno diante do constrangimento do *policy space* que EMEs enfrentam, ou seja, sua autonomia para implementar políticas monetária, fiscal e cambial sem depender dos movimentos do dólar e das assimetrias do sistema (Fritz, Paula e Prates, 2018; Prates, 2017). Quanto menor a liquidez externa de uma moeda doméstica, mais restrito fica seu espaço de manobra: moedas periféricas – como as dos países do BRICS – arcam com prêmios de risco elevados, exigem taxas de juros superiores para atrair investimentos e sofrem oscilações abruptas nos fluxos financeiros globais. Essa fragilidade limita a adoção de políticas contracíclicas e subordina as EMEs às políticas e ciclos determinados pelas economias centrais, sobretudo à emissora da moeda-chave, reforçando os papéis assimétricos de centro-periferia no SMFI (Ocampo, 2017).

O aumento do peso econômico do BRICS na economia internacional contrasta com a persistente centralidade do dólar, evidenciando as profundas assimetrias que caracterizam o SMFI (tabela 1). Enquanto o dólar lidera em todas as frentes monetárias e financeiras – seja reserva de valor, meio de pagamento ou unidade de conta –, a única moeda dos países do BRICS com algum uso internacional minimamente expressivo é a da China.

TABELA 1
Peso econômico *versus* usos internacionais das moedas
(Em %)

	Peso econômico		Usos internacionais das moedas				
	PIB global PPC[1]	Exportações de bens e serviços[1]	Empréstimos[2]	Dívida[3]	Volume de negócios Forex[4]	Reservas oficiais[5]	Moeda de pagamento global[6]
EUA/USD	14,9	9,9	52,2	65,4	89,2	57,7	54,8
Zona do euro/EUR	11,6	25,4	26,0	22,5	28,9	20,0	20,37
Japão/JPY	3,3	2,9	4,3	1,5	16,8	5,1	4,5
China/CNY	19,5	11,8	n/a	1,0	8,5	2,1	2,0

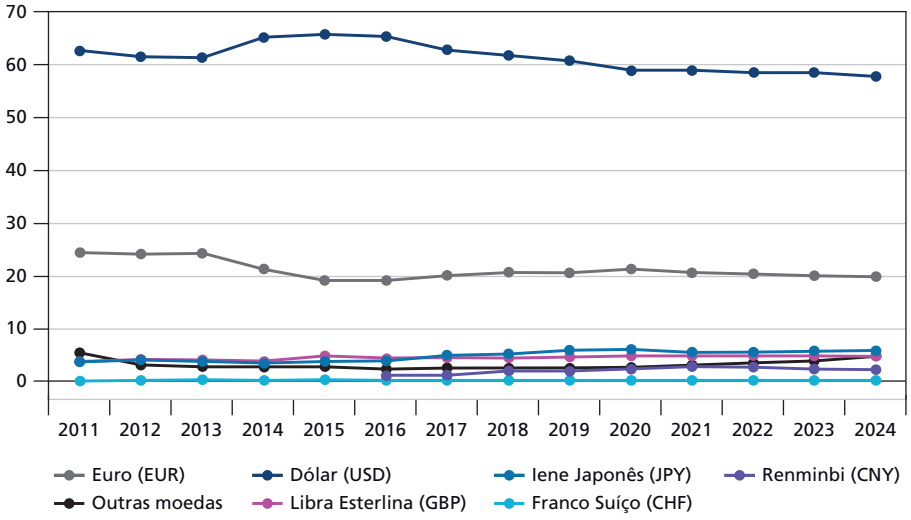
Elaboração dos autores.
Notas: [1] FMI, World Economic Outlook April 2025, tabela A. Disponível em: https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2025/04/22/world-economic-outlook-april-2025.
[2] Dados referentes ao quarto trimestre de 2024, European Central Bank, tabela A6, porcentagem dos empréstimos em aberto às taxas de câmbio correntes. Disponível em: https://www.ecb.europa.eu/press/other-publications/ire/html/ecb.ire202506.en.html.
[3] Dados referentes ao quarto trimestre de 2024, European Central Bank, tabela A4, porcentagem dos valores em aberto às taxas de câmbio atuais. Disponível em: https://www.ecb.europa.eu/press/other-publications/ire/html/ecb.ire202506.en.html.
[4] Como duas moedas estão envolvidas em cada transação, a soma das participações individuais de cada moeda é de 200%. Disponível em: https://www.bis.org/statistics/rpfx25.htm.
[5] Dados do primeiro trimestre de 2025, FMI, Currency Composition of Official Foreign Exchange Reserves (COFER). Disponível em: https://data.imf.org/en/datasets/IMF.STA:COFER.
[6] Excluem-se os pagamentos dentro da zona do euro. Dados de setembro de 2025, RMB Tracker, SWIFT (Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication). Disponível em: https://www.swift.com/sites/default/files/files/rmb-tracker_september-2025.pdf.
Obs.: PIB – produto interno bruto; PPC – paridade do poder de compra; n/a – não aplicável.

Em termos de projeções futuras, dados mais recentes do Fundo Monetário Internacional (FMI) indicam que o bloco ampliado deverá representar 40,7% do PIB mundial com base na PPC em 2025 (BRICS, 2025b), consolidando-se como o principal polo econômico em termos de participação relativa no produto global. Em contraste, os países do Grupo dos Sete (G7), historicamente dominantes, responderiam por apenas 28,4% da renda global nessa métrica.

Paralelamente, no que se refere ao histórico de composição de reservas global, o gráfico 1 evidencia a permanência do dólar (USD) como principal moeda de reserva internacional ao longo de todo o período analisado (2012-2024), mas com uma tendência gradual de declínio em sua participação, que passa de patamares superiores a 62% para cerca de 58%. O euro (EUR) mantém-se como a segunda moeda mais relevante, variando, aproximadamente, entre 19% e 25% e, em contraste, o RMB apresenta trajetória crescente desde sua entrada, ultrapassando a marca de 2% em 2024. De maneira indicativa, conforme argumentam Arslanalp, Eichengreen e Simpson-Bell (2022), a tendência de declínio na participação do dólar nas reservas internacionais reflete um processo deliberado de diversificação das carteiras de reservas por parte dos bancos centrais,

que vai de encontro ao movimento estratégico de redução da dependência do dólar no SMFI.[4]

GRÁFICO 1
Participação das moedas nas reservas internacionais (2012-2024)
(Em %)



Fonte: FMI, Composição Monetária das Reservas Cambiais Oficiais (Currency Composition of Official Foreign Exchange Reserves – COFER).
Obs.: Gráfico gerado a partir de dados das porcentagens de participação do total alocado em reservas estrangeiras.

Em termos comparativos, chama-se a atenção para o peso das moedas do BRICS em conjunto diante do dólar. É possível observar que, entre 2004 e 2022, as cinco moedas nacionais dos países do BRICS experimentaram um ganho conjunto de participação nas transações *over-the-counter* (OTC) de câmbio (tabela 2), mas em patamares ainda muito modestos quando comparados ao domínio do *greenback*.

4. Ainda de acordo com Arslanalp, Eichengreen e Simpson-Bell (2022), essa tendência não pode ser atribuída a flutuações cambiais, variações nos níveis de juros ou diferenciais de taxas de juros. Tais fatores, ao contrário, são frequentemente neutralizados por movimentos de rebalanceamento das carteiras, realizados pelos próprios gestores de reservas. Tampouco se trata de um fenômeno concentrado em poucos países com grandes volumes de reservas e preferência por moedas alternativas ao dólar, nem decorre de alterações metodológicas nas pesquisas sobre a composição das reservas.

TABELA 2
Evolução da participação das moedas no mercado cambial OTC (2004-2025)
(Em %)

	Moedas	2004	2007	2010	2013	2016	2019	2022	2025
Moedas principais	USD	88,0	85,6	84,9	87,0	87,6	88,3	88,4	89,2
	EUR	37,4	37,0	39,0	33,4	31,4	32,3	30,6	28,9
	JPY	20,8	17,2	19,0	23,0	21,6	16,8	16,7	16,8
	GBP	16,5	14,9	12,9	11,8	12,8	12,8	12,9	10,2
Moedas do BRICS	CNY	0,1	0,5	0,9	2,2	4,0	4,3	7,0	8,5
	INR	0,3	0,7	0,9	1,0	1,1	1,7	1,6	1,9
	RUB	0,6	0,7	0,9	1,6	1,1	1,1	0,2	0,0
	BRL	0,3	0,4	0,7	1,1	1,0	1,1	0,9	0,9
	ZAR	0,0	0,1	0,1	0,1	0,3	0,2	0,2	0,1
Outras moedas	Outras	36	42,9	40,7	38,8	39,1	41,4	41,4	43,5
	Total	**200**	**200**	**200**	**200**	**200**	**200**	**200**	**200**

Fonte: BIS. Disponível em: https://www.bis.org/statistics/rpfx25.htm.
Obs.: 1. Como cada operação envolve duas moedas, a soma das participações percentuais dos instrumentos individuais atinge 200%. As demais moedas dos novos membros não estão discriminadas individualmente na base de dados e compõem a categoria *outras*.
2. INR – rupia indiana; RUB – rublo russo; BRL – real brasileiro; ZAR – rand sul-africano.

Nos últimos anos, a agenda de desdolarização do BRICS tem sido cada vez mais moldada por transformações geopolíticas, em especial pela intensificação do uso estratégico do dólar como instrumento de poder. A crescente "armamentização" da moeda norte-americana, particularmente por meio de sanções financeiras unilaterais, acelerou o apelo por mecanismos e moedas alternativas no SMFI (McDowell, 2023). Esse processo insere-se no escopo da chamada "geoeconomia", entendida como o uso de instrumentos econômicos para fins geopolíticos (Aiyar e Ilyina, 2023). Casos como a exclusão do Irã e da Rússia do sistema SWIFT[5] e o congelamento de reservas russas escancaram o uso de "pontos de estrangulamento" por parte dos EUA (Farrell e Newman, 2019).

No caso da Rússia, a resposta a essas medidas, contudo, revelou a resiliência e a capacidade de adaptação das EMEs. Apesar do impacto econômico das sanções, a Rússia redirecionou suas relações comerciais para países fora do eixo ocidental, em especial a China e a Índia, que ampliaram suas importações de petróleo e passaram a liquidar a maior parte das transações em moedas

5. Criada em 1973 como uma cooperativa que reunia 239 bancos de quinze países, a SWIFT tem sede próxima a Bruxelas e está registrada sob a legislação belga. O sistema permite a troca de mensagens entre bancos para realizar operações em diversas moedas, não apenas em dólares. Por sua posição central nas transações internacionais, a rede também serve como instrumento para o monitoramento e a aplicação de sanções econômicas pelos EUA. A exclusão de bancos de um país da SWIFT depende de decisão de seus acionistas. Ainda que os bancos norte-americanos sejam apenas acionistas minoritários da organização, sua influência costuma prevalecer, seja pelo receio de sanções secundárias por parte de outros bancos, seja por pressões diplomáticas sobre o governo belga. Para uma discussão mais aprofundada, ver Eichengreen (2022).

nacionais. Em 2023, a maioria do comércio entre a Rússia e a China foi realizado em rublos e yuans (ver seção 5). Nesse cenário, a desdolarização se apresenta não apenas como uma resposta às vulnerabilidades estruturais do SMFI, mas também como parte intrínseca da disputa entre grandes potências na ordem internacional (Martins e Nonnenberg, 2025; Norrlof, 2023; Petry e Nölke, 2024).

A partir desse momento, declarações públicas de líderes do BRICS passaram a sinalizar de forma explícita a insatisfação com a centralidade do dólar. Em janeiro de 2023, o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, afirmou que a redução da dependência do dólar e a criação de uma nova moeda seriam discutidas entre os membros do BRICS nas próximas cúpulas (Lavrov [...], 2023). Em abril daquele ano, durante a cerimônia de posse de Dilma Rousseff na presidência do Novo Banco de Desenvolvimento (New Development Bank – NDB), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva questionou: "Por que não podemos fazer comércio lastreado nas nossas próprias moedas?", defendendo que um banco como o do BRICS poderia criar uma moeda própria para facilitar o comércio intrabloco (Brasil, 2023a). A fala teve ampla repercussão internacional e ecoou nos discursos de outros chefes de Estado. Em maio, a ministra das Relações Exteriores da África do Sul, Naledi Pandor, declarou que o bloco discutiria a possibilidade de uma moeda comum na cúpula da África do Sul (Vecchiatto, 2023). Em junho, o presidente sul-africano Cyril Ramaphosa reforçou que o tema estava "no topo da agenda" (Bartlett, 2023). Ainda, o tópico da desdolarização ganhou mais força com a divulgação da expansão do bloco em 2023, com a entrada dos seis novos membros, ampliando o potencial de contestação à hegemonia do dólar (Patrick *et al*., 2025).

No entanto, a discussão sobre uma moeda comum permaneceu restrita ao campo da retórica. Nas cúpulas que se seguiram – Joanesburgo, Kazan e, mais recentemente, a do Rio de Janeiro em 2025 – não houve avanços concretos nesse sentido. Às vésperas da cúpula de 2025, o *sherpa* brasileiro Maurício Lyrio chegou a refutar os rumores sobre a criação de uma moeda comum, enfatizando que o verdadeiro objetivo seria reduzir custos e ampliar a cooperação entre os países-membros (Molina, 2025). O avanço mais significativo observado nas últimas cúpulas, especialmente na Declaração do Rio de Janeiro, foi a ênfase no uso de moedas locais nas transações internacionais entre o BRICS e seus parceiros comerciais. Destaca-se também a condenação explícita ao uso de medidas coercitivas unilaterais, reiterando que tais práticas – como sanções econômicas e sanções secundárias – possuem efeitos negativos de longo prazo sobre os direitos ao desenvolvimento em países emergentes e em desenvolvimento (Brasil, 2025; Stuenkel, 2025; Golpadas e Singh, 2025).

Desse modo, à medida que esse cenário se desenha, o simples ensaio de uma moeda internacional alternativa ao dólar no último encontro trouxe à tona a disputa de poder subjacente ao uso de moedas nacionais além das fronteiras de seus países emissores. Por um lado, as declarações de governantes e ministros do BRICS repercutiram na mídia a ponto de levar a secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, a reafirmar a necessidade de manter o dólar como moeda global dominante (Siripurapu e Berman, 2023). De maneira mais sintomática, o governo de Donald Trump impôs um total de 50% em tarifas para o Brasil, em resposta aos desenvolvimentos da Cúpula do Rio de Janeiro em críticas ao dólar (Nicas, 2025). Tais reações expõem o ímpeto em preservar a posição do dólar, sobretudo diante de novos elementos que podem abalar o poder estrutural dos EUA nas finanças globais. É nesse amplo contexto em que se deve ser analisada a presidência brasileira do BRICS em 2025.

3 POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO DO BRASIL NO BRICS: ENTRE AUTONOMIA, DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Acompanhando o processo de reordenação geoeconômica entre potências tradicionais e emergentes, é interessante notar o redesenho das relações comerciais do Brasil-BRICS em comparação aos parceiros históricos, como EUA e União Europeia (UE). Conforme mostra a tabela 3, o bloco passou a representar 36,09% das exportações brasileiras e 33,1% das importações, com uma elevação significativa em relação a 2014 (27,5% e 23,3%, respectivamente), acompanhado do salto do superávit comercial com o grupo de US$ 8,4 bilhões em 2014 para US$ 32,7 bilhões em 2024. A China emergiu como principal parceira comercial, refletindo perda relativa de participação de parceiros tradicionais.

TABELA 3
Balança comercial do Brasil com EUA, UE e BRICS (2014 e 2024)

	Parceiro	Exportações (US$ milhões)	Importações (US$ milhões)	Saldo (US$ milhões)	Balança	Participação nas exportações (%)	Participação nas importações (%)
2024	BRICS	122	89	33	Superávit	36,1	33,81
	UE	48	47	1	Superávit	14,3	17,98
	EUA	40	41	-1	Déficit	12	15,50
	China	94	64	31	Superávit	28	24,20
2014	BRICS	61,9	53,3	8,4	Superávit	27,5	23,3
	UE	36,2	43,5	-7,3	Déficit	16,1	19
	EUA	27	35	-8	Déficit	12	15,3
	China	40,6	37,3	3,3	Superávit	18	16,3

Fonte: SECEX/MDIC. Disponível em: https://balanca.economia.gov.br/balanca/outras/moedas/moeda_declarada.html; e https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/mdic/comercio-exterior/cresce-numero-de-exportadores-em-2014.
Obs.: As porcentagens de participação nas exportações e importações brasileiras em 2014 foram calculadas com base no total exportado (US$ 225,101 bilhões) e importado (US$ 229,031 bilhões) pelo Brasil naquele ano.

Em menos de vinte anos, a China se tornou o principal parceiro comercial do Brasil, aprofundando a dependência brasileira do mercado chinês em comparação aos laços com os EUA (Cheng, 2015; Hooijmaaijers, 2021). Apesar disso, o peso do comércio com a China não se reflete na utilização do RMB no Brasil, com seu uso permanecendo profundamente limitado. Entre 2019 e 2023, 95,4% das receitas de exportação do Brasil e 82% dos pagamentos de importação foram realizados em dólar (tabela 4). O euro e o real seguiram em patamares bem mais baixos (2,7% e 9,1% para exportações e importações, respectivamente, em euros; e 1,6% e 6,1% em reais). Notavelmente, o RMB chinês representou apenas 0,35% dos pagamentos de importação, confirmando que as transações denominadas em dólares ainda sustentam a maior parte do comércio com a China (Brasil, [*s. d.*]).

TABELA 4
Participação das cinco principais moedas no comércio exterior brasileiro (média 2019-2023)
(Em %)

Exportações		Importações	
Moeda	%	Moeda	%
Dólar americano	95,38	Dólar americano	82,04
Euro	2,74	Euro	9,07
Real brasileiro	1,55	Real brasileiro	6,13
Libra	0,13	Iene	0,72
Iene	0,08	*Renminbi*	0,35
Outras moedas	0,12	Outras moedas	1,69

Fonte: Brasil [*s. d.*].
Elaboração dos autores.

A utilização do *renminbi* chinês no comércio brasileiro permanece limitada em setores específicos, confinada quase inteiramente às importações e em quantidades insignificantes. A moeda está praticamente ausente em setores-chave, como agricultura e outras categorias críticas de produtos. Seu pouco uso é restrito ao setor manufatureiro, no qual sua participação permanece marginal em comparação com moedas dominantes como o dólar e o euro.[6] Mesmo dentro da manufatura, o papel do RMB é insignificante, chamando a atenção para sua falta de penetração nos setores comerciais do Brasil. Notavelmente, a mudança de governo no país em janeiro de 2023 deu um novo impulso às relações bilaterais do Brasil com a China. Sob o governo Lula (2003-2010 e 2023-presente), o Brasil deu passos mais concretos para apoiar a internacionalização do RMB. Em fevereiro de 2023,

6. Pesquisa recente realizada por Quadros (2020) sugere que há um interesse crescente entre os *players* privados brasileiros em operar em RMB. De acordo com os resultados de sua entrevista, as empresas brasileiras veem uma vantagem na realização de negócios em RMB, principalmente para reduzir os custos de transação, incluindo a redução do risco cambial e dos custos de *hedge*.

o Banco Popular da China (People's Bank of China – PBC) e o Banco Central do Brasil (BCB) assinaram um memorando de entendimento sobre o estabelecimento de acordos de compensação de RMB no Brasil. Em abril, durante a visita oficial do presidente Lula à China, foi anunciada a adesão do BOCOM BBM ao Sistema de Pagamentos Interbancários da China (Cross-Border Interbank Payment System – CIPS) – tornando-o o primeiro banco a aderir ao CIPS na América do Sul (Brasil, 2023b). Além disso, a filial brasileira do Banco Industrial e Comercial da China (Industrial and Commercial Bank of China – ICBC) passou a funcionar como câmara de compensação de RMB no Brasil (Apex, 2023).

Como resultado dessa construção institucional, em 2023 Brasil e China concluíram a primeira transação em circuito fechado com moedas locais, ou seja, com transações financiadas e liquidadas em RMB e convertidas diretamente para reais, facilitadas pelo PBC, sem qualquer participação do dólar (Greene, 2024). Esse marco na história do comércio sino-brasileiro vem na esteira do memorando de entendimento para facilitar o comércio bilateral assinado pelos líderes dos dois países durante a visita do presidente Lula a Pequim em abril do mesmo ano (Brasil, 2023a). Já em 2024, duas das maiores exportadoras do Brasil, a Vale (antiga Companhia Vale do Rio Doce) e a Suzano Papel e Celulose, deram passos concretos para integrar o RMB em suas operações – a maior produtora de minério de ferro e níquel do mundo confirmou transações de minério de ferro com a China realizadas exclusivamente em RMB, enquanto um dos principais gigantes da indústria de papel e celulose do Brasil afirmou ter iniciado transações de RMB por meio de projetos-piloto de pequena escala (Sá, 2024).[7]

Sob a presidência brasileira do BRICS em 2025, o vínculo comercial ficou ainda mais sólido: foram assinados memorandos para a Ferrovia Bioceânica, ampliando ligações logísticas entre Brasil, Bolívia e Peru; seladas parcerias em monitoramento climático e energias renováveis; e lançados acordos de facilitação de investimentos em agronegócio e tecnologia digital (Brasil [...], 2025; Com primeiro-ministro [...], 2025).

Diante do exposto, observa-se que a abordagem do Brasil segue um movimento equilibrado – por um lado, amplia sua autonomia estratégica com a China, facilitando o comércio e o uso de moedas locais e, por outro, navega cautelosamente entre dois polos de poder ao administrar sua dependência histórica dos EUA (Stuenkel, 2025). Essa ambivalência reflete-se em uma política externa que prioriza a diversificação de riscos e a construção de pontes entre economias emergentes e consolidadas, ecoando a "atitude altiva e ativa" (Amorim, 2010).

7. A adoção do RMB por grandes empresas no Brasil deve-se à estrutura institucional local e à atuação direta dessas companhias na China, o que facilita transações e reduz custos. Para David Cohen (tesoureiro do BOCOM BBM) e Walter Schalka (CEO da Suzano), essa dinâmica indica uma tendência crescente de desdolarização no comércio (Sá, 2024).

Refletir sobre esse contexto é fundamental para compreender que a estratégia brasileira na presidência do BRICS em 2025 não se configura como uma recusa frontal ao domínio do dólar; ao contrário, trata-se de um movimento estratégico calibrado para mitigar vulnerabilidades, diversificar riscos e afirmar o Brasil como elo entre as potências emergentes e os centros econômicos consolidados, refletindo também os desenvolvimentos geopolíticos em curso.

4 INICIATIVAS DE FORTALECIMENTO DOS ARRANJOS EM MOEDAS LOCAIS INTRABRICS

A promoção de transações em moedas nacionais entre os países do BRICS tem se consolidado por meio de um arcabouço articulado de instrumentos, acordos e instituições voltados à redução da dependência do dólar e ao fortalecimento da autonomia comercial e financeira intrabloco (BRICS Chairmanship Research, 2024). Quatro mecanismos interconectados assumem papel central nesse processo de desdolarização: a criação de instituições de financiamento, os esquemas de crédito interbancário, os sistemas de pagamento alternativos e as câmaras de compensação. Esses instrumentos cumprem funções complementares, a saber: fornecem liquidez preventiva por meio de reservas em moedas locais, evitando a necessidade de recorrer ao dólar em momentos de instabilidade; viabilizam o financiamento de investimentos transfronteiriços em moeda nacional, ampliando os fluxos de capital entre os membros; criam canais de pagamento independentes das infraestruturas financeiras ocidentais, consolidando as moedas do BRICS como meio de troca internacional; e, por fim, estabelecem uma infraestrutura de liquidação e custódia de ativos, com potencial para formar um mercado de capitais intrabloco capaz de atuar como unidade de conta e reserva de valor em alternativa aos centros financeiros globais tradicionais.

O primeiro passo concreto em direção a essa arquitetura foi a fundação do NDB e do Arranjo Contingente de Reservas (CRA), propostos em 2012 e 2013, respectivamente, e operacionalizados em 2014. Essas instituições foram concebidas para espelhar, sob controle do BRICS, as funções originalmente desempenhadas pelo Banco Mundial e pelo FMI, mas com orientação estratégica voltada ao uso crescente de moedas locais para reduzir a necessidade de financiamento em dólar e a dependência dos mecanismos tradicionais de resgate internacional (Katada, Roberts e Armijo, 2017; Liu and Papa, 2022). Nesse sentido, o NDB surge como primeiro banco multilateral de desenvolvimento fundado exclusivamente por economias emergentes, com o objetivo de destinar seus recursos a projetos de infraestrutura e ao desenvolvimento sustentável nos países do bloco e em outras nações em desenvolvimento, complementando o escopo do FMI e do Banco Mundial.[8]

8. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8624.htm.

Entre os mecanismos inovadores do NDB, destacam-se o uso integral dos sistemas ambientais, sociais e de aquisições de cada país-membro – proposta que fortalece a soberania nacional em vez de impor critérios externos – e a estrutura de governança que assegura direitos de voto iguais aos cinco fundadores, sem qualquer poder de veto, em nítido contraste com as normas do Banco Mundial (Hooijmaaijers, 2021). Especificamente, o financiamento em moeda local pode atuar como mecanismo essencial em prol da desdolarização do BRICS (NDB, 2017). Enquanto grande parte dos bancos multilaterais privilegia empréstimos em dólar ou euro, o NDB oferece operações diretamente nas divisas nacionais dos países-membros, reduzindo a exposição à volatilidade cambial às EMEs e conferindo maior previsibilidade aos projetos (Horrocks *et al.*, 2025). Atualmente, cerca de 25% da carteira de crédito do NDB está denominada em moedas locais, meta que deve chegar a 30% até 2026 (Tokarnia, 2025).

No caso do CRA, este foi concebido para suprir as limitações enfrentadas pelas EMEs ao recorrer a empréstimos emergenciais, atuando como mecanismo de liquidez e precaução diante de pressões de curto prazo no balanço de pagamentos (Liu e Papa, 2022; Katada, Roberts e Armijo, 2017). Instituído simultaneamente ao NDB durante a V Cúpula do BRICS, o CRA contou, em sua fase inicial (2014), com um montante de US$ 100 bilhões em cotas, distribuídas entre os cinco membros: China (US$ 41 bilhões), Brasil, Rússia e Índia (US$ 18 bilhões cada) e África do Sul (US$ 5 bilhões) (PBC, 2014). Entretanto, até o momento, nenhuma das nações-membro acionou o instrumento, sinalizando a inexistência de uma crise de balanço de pagamentos capaz de justificar seu uso na última década. Esse baixo grau de ativação não diminui, contudo, o potencial estratégico do CRA: apesar de ainda não competir com o FMI, o arranjo reúne condições para, no futuro, assumir um papel semelhante ao do fundo, oferecendo ao BRICS um sistema de apoio financeiro autônomo e sintonizado com suas necessidades coletivas (Johnston, 2025).

Durante a presidência russa em 2024, foram destacados dois elementos estruturais do CRA que exigem reavaliação do grupo: a centralidade do dólar e a dependência de um único sistema de mensagens, o SWIFT (Brasil, 2024). No que diz respeito à moeda, o funcionamento atual do mecanismo pressupõe a troca de dólares americanos – oriundos das reservas do país credor – pela moeda local do país solicitante durante o período do *swap*. Nesse sentido, o modelo ainda opera sob a lógica de reservas em dólar, o que evidencia a dependência da moeda norte-americana como eixo operativo do mecanismo: o próprio tratado fundador explicita que os *swaps* devem ocorrer entre moedas locais e dólares americanos, a serem recomprados posteriormente (PBC, 2014).

Embora aos bancos centrais participantes seja permitido utilizar sistemas de mensagens alternativos, na prática, as operações de teste e transferência real de fundos do CRA continuam fortemente ancoradas no SWIFT. O relatório da presidência russa em Kazan (Brasil, 2024) chama a atenção para ausência de capacidades efetivas de o BRICS influenciar a governança dessa rede ocidental. O mesmo documento levanta preocupações estratégicas, dado que o uso compulsório de uma infraestrutura alheia pode cristalizar vulnerabilidades operacionais relevantes. Nesse sentido, desde 2020, os bancos centrais do BRICS vêm testando a introdução de moedas de pagamento alternativas no CRA, mas o processo, por envolver reconciliações cambiais em múltiplas jurisdições e fusos horários, permanece essencialmente técnico e lento (BRICS Chairmanship Research, 2024). Com a entrada de novos membros em 2024, a necessidade de avançar na integração dessas economias ao arranjo pode se tornar ainda mais urgente, exigindo um novo arcabouço comum e uma estratégia coordenada que envolva todas as partes interessadas.

Ainda, a arquitetura do CRA permanece condicionada à lógica de subordinação do FMI, dado que apenas 30% dos recursos estão disponíveis sob demanda, enquanto os 70% restantes exigem coordenação com o FMI (Liu e Papa, 2022). Essa limitação tem sido alvo de fortes críticas internas. Batista Jr. (2024) aponta a "feroz resistência" dos bancos centrais dos países-membros como o maior obstáculo ao avanço do CRA, que continua restrito a cinco membros, com recursos insuficientes e um fluxo de trabalho cerceado por salvaguardas rigorosas. Para que o CRA se torne uma alternativa viável ao FMI, ele defende não apenas o aumento significativo de seu capital e a abertura para novos aderentes, mas também a criação imediata de um órgão de supervisão interna e, sobretudo, a flexibilização gradual do vínculo com o FMI. Essas mudanças, como ele ressalta, são mais fáceis de propor que de implementar, justamente em razão da morosidade e cautela que dominam as autoridades monetárias do bloco (Batista Jr., 2024).

Nesse contexto, as limitações do mecanismo evidenciam que, apesar de concebido como instrumento de proteção financeira autônoma, este ainda não constitui um elemento efetivo para desafiar a hegemonia do dólar. Ao depender de reservas denominadas em dólar e de um sistema de pagamentos ocidental, o arranjo se atém às mesmas estruturas que pretende reformar. Buscando endereçar essas restrições, a Declaração de Kazan de 2024 evoluiu em alguns aspectos ao retomar a proposta de incorporar moedas alternativas do BRICS nas linhas de *swap* bilaterais, apontando para um esforço de reduzir, de forma gradual, a predominância do dólar (Brasil, 2024). No entanto, na Declaração do Rio de Janeiro de 2025, essa diretriz foi apenas reafirmada na forma de um compromisso retórico de fortalecer o uso de moedas nacionais nos instrumentos multilaterais de cooperação

financeira, sem o avanço técnico ou institucional que se delineava nas discussões anteriores (Brasil, 2025).

No que tange aos esforços por alternativas aos sistemas de pagamentos dominados pelo dólar, a China lançou em 2015 o CIPS, um sistema de compensação e liquidação transfronteiriça em *renminbi* concebido para mitigar as fricções nas transações internacionais denominadas em RMB.[9] Embora o CIPS possa operar de forma independente, grande parte de suas transações ainda utiliza o sistema de mensageria do SWIFT.[10] Para a literatura, analisa-se o CIPS como um mecanismo complementar e estratégico no processo de internacionalização do *renminbi*, reforçando a capacidade da China de reduzir gradualmente sua exposição à infraestrutura financeira dominada pelo dólar (Eichengreen, 2022; Lee e Lim, 2024; Nölke, 2024). Em paralelo, ainda que em menor escala, a Rússia desenvolveu o Sistema de Transferência de Mensagens Financeiras (SPFS), seu próprio sistema de pagamentos, já interoperável com o CIPS. Foi nesse contexto que o BRICS Business Council propôs, em 2018, sob a presidência sul-africana do bloco, o BRICS Pay (inicialmente denominado New International Payment System – NIPS), com o objetivo de promover a integração financeira entre os países-membros por meio de um sistema de pagamentos que facilitasse transações transfronteiriças no varejo, especialmente entre turistas e expatriados. Com o avanço das discussões, a presidência russa em 2024 reposicionou o escopo do projeto, sugerindo sua expansão para além do uso comercial restrito. A ideia passou a incorporar uma ambição mais ampla: estabelecer uma plataforma de pagamentos integrada entre os países do BRICS que possibilitasse maior interoperabilidade entre os sistemas nacionais e permitisse o uso das moedas locais em fluxos financeiros bilaterais ou multilaterais (BRICS Business Council, 2024).

Ainda em Kazan, foi discutida a proposta do BRICS Clear como parte de um esforço mais amplo para fortalecer as infraestruturas financeiras próprias do bloco, com o objetivo de estabelecer uma infraestrutura comum de liquidação e compensação em moedas locais, conectando diretamente os bancos centrais e as instituições financeiras dos países-membros por meio de uma estrutura multilateral de custódia de ativos e de governança conjunta. A iniciativa foi descrita como um desafio direto aos sistemas tradicionais de liquidez, "concebida para sustentar a emergência de um mercado de capitais suficientemente líquido capaz de competir com os centros financeiros dos EUA e da União Europeia" (Brasil, 2024). Sob a supervisão de um Comitê de Gestão composto por representantes de bancos centrais, órgãos reguladores, depositários e operadores de plataforma, a infraestrutura visa reduzir riscos de não liquidação, padronizar os formatos de

9. Disponível em: https://www.cips.com.cn/en/about_us/about_cips/direct_participants_list/index.html.
10. Ver Zucker-Marques (2025) para um estudo detalhado.

intercâmbio de informações e ampliar o acesso a novos instrumentos financeiros, com o objetivo de fomentar o fluxo de investimentos transfronteiriços entre as EMEs (BRICS Business Council, 2024).

Ambas as iniciativas possuem desafios importantes que foram delineados no Relatório Anual do Conselho Empresarial do BRICS na presidência russa em Kazan (BRICS Business Council, 2024). No caso do BRICS Pay, a ausência de padrões técnicos comuns entre os países-membros – como diferenças nas arquiteturas digitais, protocolos de segurança e linguagens de programação – compromete a interoperabilidade e a escalabilidade do sistema. Soma-se a isso a heterogeneidade institucional, marcada por distintos graus de centralização e governança nas infraestruturas de pagamento nacionais, o que dificulta a definição de um modelo coordenado de gestão da plataforma. A falta de consenso sobre a instituição responsável pela manutenção do sistema, pelas normas de *compliance* e pela resolução de disputas reforça as incertezas. Além disso, preocupações relacionadas à soberania digital, à interferência em políticas financeiras nacionais e ao risco de retaliações internacionais em face do possível uso do sistema para contornar sanções acentuam as resistências internas. Há, ainda, desafios de ordem econômica, como a necessidade de modelos sustentáveis de precificação, gestão de inadimplência e incentivo à adesão de usuários (BRICS Business Council, 2024).

Os desafios do BRICS Clear são ainda mais complexos, como exposto no relatório. A falta de um arcabouço jurídico e regulatório harmonizado entre os países dificulta o reconhecimento mútuo de jurisdições, a garantia de contratos e a compatibilização de regras cambiais e bancárias, junto à divergência no grau de conversibilidade das moedas e nas políticas cambiais nacionais, que compromete a viabilidade técnica de um sistema multilateral de liquidação instantânea. Tem-se como outro entrave a possível falta de consenso quanto à criação de uma entidade internacional que atue como operadora central das transações, dada a discordância sobre sua localização, estrutura jurídica e autoridade. Ainda, a fragmentação entre os sistemas bancários, somada à desconfiança entre os reguladores, pode agravar os obstáculos à definição de critérios comuns de admissão e supervisão. O documento afirma que a viabilização do BRICS Clear dependerá de investimentos robustos em infraestrutura tecnológica e de um comprometimento político sustentado ao longo do tempo – sem os quais a proposta tende a permanecer apenas em discussões preliminares (BRICS Business Council, 2024).

Por fim, ressalta-se o Mecanismo de Cooperação Interbancária (MCI), instaurado em 2010 pelos bancos de desenvolvimento de cada país-membro – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco de Desenvolvimento e Assuntos Econômicos Internacionais da Rússia (VEB.RF),

Banco de Exportação e Importação da Índia (Exim Bank Índia), Banco de Desenvolvimento da China (CDB) e Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA) –, com o objetivo de promover linhas de crédito em moedas locais entre essas instituições e o próprio NDB. Por meio de memorandos de entendimento e reuniões técnicas periódicas, o MCI vem aprovando empréstimos em moedas locais para projetos de infraestrutura e cooperação industrial em prol da adoção de medidas coordenadas para promover a cooperação financeira mútua entre os bancos de desenvolvimento dos países do BRICS. As formas de interação acordadas incluem, entre muitas: i) financiamento e cofinanciamento de projetos; ii) concessão de linhas de crédito, inclusive em modalidades; iii) desenvolvimento de programas conjuntos de financiamento de projetos; iv) parcerias público-privadas em níveis soberano e subnacional; v) criação de fundos de investimento para setores estratégicos; emissão de títulos; e vi) uso de instrumentos financeiros como *swaps* cambiais, *swaps* de juros e outros derivativos (NDB, 2017). De maneira breve, a Cúpula do Rio de Janeiro de 2025 reiterou o reconhecimento político do MCI e destacou seu papel na facilitação de práticas financeiras inovadoras e no fortalecimento de abordagens voltadas ao financiamento em moedas locais. A declaração final também saudou a continuidade do diálogo institucional entre o MCI e o NDB, sinalizando uma disposição em preservar e potencialmente expandir esse canal de articulação interbancária (Brasil, 2025).

QUADRO 1
Resumo dos mecanismos de fortalecimento dos arranjos em moedas locais

Mecanismo	Início	Função	Cúpula do Rio de Janeiro	Desafios
CRA	Instituído em 2014 pelo Tratado de Fortaleza (vigente desde 2015).	Apoio de liquidez e precaução ante as pressões de balança de pagamentos, complementando instituições multilaterais.	Consenso sobre revisão do tratado para incluir moedas locais.	Forte dependência do dólar e necessidade de revisão do tratado.
MCI	Lançado em 2010 pelos bancos de desenvolvimento (BNDES, VEB.RF, Exim Bank Índia, CDB e DBSA) e o NDB.	Financiamento de projetos de infraestrutura e cooperação industrial em moedas locais.	A cúpula enfatizou o "diálogo contínuo entre MCI e NDB" para expandir linhas e modalidades em moedas locais.	Continuidade do diálogo institucional entre o MCI e o NDB.
Câmaras de compensação (BRICS Clear)	Proposta aprovada em Kazan 2024 sob supervisão do Comitê de Gestão.	Redução de riscos de não liquidação, padronização de formatos e ampliação do acesso a novos instrumentos financeiros.	Não mencionado.	A ausência de um arcabouço harmonizado entre os países.
Sistemas de pagamento alternativos (BRICS Pay)	Divulgado em 2018 sob a presidência sul-africana.	Promover a integração financeira entre os países-membros por meio de um sistema de pagamentos que facilitasse transações transfronteiriças no varejo, especialmente entre turistas e expatriados.	Não mencionado.	Ausência de padrões técnicos comuns e heterogeneidade institucional.

Elaboração dos autores.

O quadro 1 apresenta um resumo dos mecanismos de fortalecimento dos arranjos em moedas locais do BRICS. Observa-se que a combinação desses arranjos constrói gradualmente uma arquitetura financeira alternativa ao dólar, sustentada pela cooperação e pelos recursos internos dos próprios países do BRICS. No entanto, é evidente que o grupo se depara com uma série de desafios, dada não só pela complexidade de articular esforços entre cinco sistemas financeiros distintos e as restrições do seu arcabouço institucional, mas também pelas implicações geopolíticas que levam alguns membros, com relações diplomáticas equilibradas entre polos de poder antagônicos, a adotar posturas mais cautelosas. Esse equilíbrio delicado ficou claro na Cúpula do Rio de Janeiro: propostas de expansão e aprofundamento dos mecanismos em moedas locais, fortemente defendidas em Kazan – impulsionadas pela agenda russa e pela urgência de canais alternativos ao dólar –, acabaram relegadas a um segundo plano, com reservas possivelmente diante das tensões geopolíticas das tarifas estadunidenses.

Por fim, é fundamental reconhecer que qualquer avanço na construção de uma infraestrutura financeira alternativa ao dólar dependerá de um ativo monetário suficientemente robusto para exercer, de forma confiável, as três funções clássicas da moeda e conquistar a confiança dos agentes econômicos (Bai, 2024). É nesse ponto que emergem duas vias opostas: a criação de uma moeda comum do bloco e a crescente internacionalização do *renminbi*. A primeira enfrenta o desafio político de forjar consenso entre cinco economias com graus variados de convergência – uma tarefa que, até agora, manteve a ideia no plano retórico. Já a segunda, embora se apresente como a alternativa mais imediata, pode acabar reforçando a assimetria interna do grupo ao ampliar ainda mais o protagonismo chinês. Particularmente, a desproporcionalidade da China gera resistência política em membros que receiam converter o BRICS em um instrumento de influência exclusiva de Pequim (Hooijmaaijers, 2021; Cheng, 2015). Como enfatizam Liu e Papa (2022), a consolidação de uma infraestrutura de desdolarização não apenas blindaria os países-membros contra os riscos associados à hegemonia do dólar, mas também se apresentaria como plataforma alternativa para outras economias e coalizões regionais em busca de maior autonomia diante das imposições do SMFI vigente. A próxima seção, portanto, investigará em profundidade as condições técnicas e políticas necessárias para viabilizar uma moeda comum do BRICS e avaliará a evolução do *renminbi* como alternativa ao dólar.

5 ALTERNATIVAS MONETÁRIAS: RETÓRICA E AVANÇOS PRÁTICOS DA MOEDA COMUM DO BRICS E O *RENMINBI* CHINÊS

A discussão acerca da moeda comum do BRICS tomou força especialmente após a Declaração da Cúpula de Kazan em 2024, dado que, ao contrário das edições anteriores, esta foi mais incisiva na utilização de moedas locais e meios de pagamento alternativos ao dólar. Anteriormente, na Cúpula de Joanesburgo em 2023,

as deliberações sobre a agenda financeiro-monetária do BRICS limitaram-se a encarregar bancos centrais e ministérios das finanças de avaliar o uso de moedas locais e a viabilidade de novas plataformas de pagamento – sem qualquer menção a uma moeda comum (Brasil, 2023a; García, 2025). Nesse sentido, foi somente a partir da presidência russa de 2024 que essa pauta avançou significativamente: o Relatório Anual do Conselho Empresarial do BRICS apresentou o conceito de BRICS Unit, uma unidade de conta de referência destinada a padronizar valores para comércio e investimento e, assim, aprofundar a integração intrabloco. O mesmo documento retoma a proposta da África do Sul, formulada em 2023, de criar uma ponte múltipla entre as moedas digitais de banco central (*central bank digital currency* – CBDCs) do BRICS e lançar uma *stablecoin* para viabilizar pagamentos diretos, desintermediação financeira e eficiência em remessas (BRICS Chairmanship Research, 2024).

No entanto, a proposta de uma moeda comum do BRICS é recebida com ceticismo pela comunidade acadêmica e por analistas internacionais, sobretudo em razão da complexidade técnica e política envolvida – como concessões políticas profundas, constituição de uma união bancária ou fiscal e a convergência de variáveis macroeconômicas fundamentais (Ferragamo, 2025; Smith, 2025). Ainda, ressaltam-se economias de perfis tão distintos como China, Brasil, Rússia e Índia (Nach e Ncwadi, 2024), que podem constituir um obstáculo significativo à convergência exigida para o êxito de um projeto de moeda única. Em face de tais complexidades, há uma proposta que sugere a criação de uma moeda do BRICS baseada em uma cesta de moedas, nos moldes dos direitos especiais de saque do FMI, com pesos proporcionais à força econômica de cada membro. Emitida pelo próprio NDB, sem substituir moedas nacionais ou requerer um banco central supranacional, sua conversibilidade seria garantida por reservas multilaterais e aportes dos países emissores. A confiança na nova moeda derivaria do respaldo das moedas componentes e da credibilidade institucional do NDB. Inicialmente concebida como unidade de conta para reduzir os custos de liquidação em dólares, seu uso mitigaria riscos associados ao ciclo do dólar, à semelhança do euro na zona do euro (Batista Jr., 2024; Bai, 2024).

QUADRO 2
Linha do tempo e desafios da proposta de moeda comum no BRICS

Evento	Desenvolvimento
Presidência sul-africana e Declaração de Joanesburgo (2023)	Deliberações limitadas ao uso de moedas locais e plataformas de pagamento.
	Encaminhamento da discussão para bancos centrais e ministérios das finanças.
Presidência russa e Declaração de Kazan (2024)	Introdução do BRICS Unit (unidade de conta para comércio e investimento).
	Proposta de *stablecoin* baseada em CBDCs e ponte multilateral.
	Ênfase no uso de moedas locais em transações intrabloco.
Presidência brasileira e Declaração do Rio de Janeiro (2025)	Segue a ênfase no uso de moedas locais, mas sem avanços concretos para moeda comum.

Elaboração dos autores.

No entanto, a evolução da pauta de uma moeda comum aparenta permanecer no campo retórico, dado o foco em aperfeiçoar sistemas de pagamento transfronteiriços e as câmaras de compensação existentes para reduzir custos de transação. Nem a Declaração Final da Cúpula do Rio nem o relatório conjunto dos governadores dos bancos centrais e do Conselho Empresarial contemplaram estudos sobre moeda comum, priorizando instrumentos em moedas locais em vez de uma unidade de conta, meio de pagamento ou reserva de valor partilhada (Brasil, 2025; BRICS, 2025a). Como exibido, o quadro 2 oferece um panorama cronológico das principais iniciativas voltadas à construção de uma moeda comum no BRICS, articulando os avanços com as respectivas presidências rotativas do grupo.

5.1 Desdolarização ou *renminbização*?

Não obstante às previsões acadêmicas e institucionais no final dos anos 2000 que anteciparam o surgimento de várias moedas de EMEs nas finanças globais (Eichengreen, 2011; The World Bank, 2011), na prática, apenas o *renminbi* alcançou um potencial significativo de internacionalização entre seus pares. Nesse sentido, desde 2009, o *renminbi* se destaca como a única moeda de uma EME a registrar avanços expressivos em seu uso transfronteiriço – uma posição singular quando comparado com outros pares como o real brasileiro, o peso argentino ou a rupia indiana, que mantêm quase 100% de suas transações externas denominadas em dólar (Zucker-Marques, 2025).

Na China, esse movimento é ainda mais evidente: a porcentagem de uso do dólar em pagamentos transfronteiriços diminuiu significativamente desde 2016, de cerca de 70% para menos de 50% em 2023, enquanto a participação do *renminbi* dobrou e superou a do dólar pela primeira vez no início de 2023, chegando a 48%.[11] Ainda, dados mais recentes de meados de 2024 exibem que a participação do *renminbi* nos pagamentos transfronteiriços da China continental cresceu mais de 50% (Greene, 2024). Esse resultado reflete uma estratégia política deliberada do governo chinês, que ao longo da última década construiu uma infraestrutura de suporte ao RMB, operando de maneira substancialmente diferente dos processos históricos observados na trajetória de moedas dominantes, como a libra esterlina e o dólar americano (Chey, 2021). O *modus operandi* chinês reflete, portanto, uma complexa orquestração estatal que se manifesta em acordos bilaterais de *swap* de moeda, na criação de centros *offshore* de RMB e na liberalização controlada dos mercados financeiros domésticos – medidas projetadas

11. É importante destacar que essas estatísticas não refletem necessariamente o uso do *renminbi* em pagamentos comerciais globais, pois são fortemente influenciadas por fluxos financeiros entre Hong Kong e a China continental (Greene, 2024).

para fomentar a demanda internacional pela moeda chinesa, mesmo sob rígido controle de capitais (McNally, 2015).

A China tem conseguido elevar substancialmente o uso de sua moeda em transações transfronteiriças por meio da rápida ampliação da infraestrutura financeira em mercados emergentes, de incentivos domésticos à utilização do *renminbi* em faturamentos e da proliferação de linhas de *swap* entre bancos centrais (Greene, 2024). No que tange ao seu uso como única alternativa de curto prazo ao dólar no BRICS, observa-se que esse processo tem se apoiado sobretudo em acordos bilaterais de *swap* cambial com o PBC, que atua como principal provedor dessas linhas de crédito. Tais contratos permitem a troca de moedas locais por RMB em condições predeterminadas, oferecendo liquidez em momentos de pressão cambial e estimulando o uso da moeda chinesa em transações domésticas e regionais (Liao e McDowell, 2015; Perez-Saiz e Zhang, 2023).

No caso da Rússia, o *renminbi* superou o dólar como principal moeda estrangeira negociada: em 2024, 95% do comércio bilateral com a China foi liquidado em *renminbi* e rublos; os volumes de negociação *renminbi*-rublos na Bolsa de Moscou atingiram 33 trilhões de rublos (aproximadamente US$ 420 bilhões) e o comércio total alcançou US$ 245 bilhões (Prokopenko, 2024). Ainda, com exceção da Índia, da Etiópia e do Irã, todos os demais membros do BRICS já firmaram tais acordos com o PBC (quadro 3).

QUADRO 3
Países do BRICS participantes dos acordos de *swap* cambial com a China
(Em ¥ 100 milhões)

País	Valor do *swap*
Brasil	1.900
Egito	180
Rússia	1.500
Arábia Saudita	500
África do Sul	300
Emirados Árabes Unidos	350

Fonte: PBC (2025) e Máximo (2025).
Elaboração dos autores.

Conforme o relatório do BRICS (2024b), a provisão de liquidez em moedas de reserva continua dependente, em sua maior parte, da discricionariedade dos bancos centrais das economias avançadas, o que limita a eficácia dos acordos bilaterais. Assim, ainda que o número de contrapartes habilitadas a realizar *swaps* em *renminbi* tenha quase quadruplicado desde 2010, superando o ritmo de crescimento das redes em dólar e euro no mesmo período (Steil, Harding e Zucker, 2024), a

preponderância histórica dessas últimas na arquitetura global de liquidez impõe restrições significativas à autonomia financeira dos países emergentes. Dessa forma, a expansão da moeda chinesa no BRICS por meio de linhas de *swap* constitui apenas um primeiro passo inserido em um processo mais amplo de instituição de uma moeda alternativa ao dólar.

Paralelamente, o CIPS atua como outro componente essencial para a expansão da moeda chinesa. O mecanismo foi criado para enfrentar obstáculos técnicos e operacionais típicos dos pagamentos transfronteiriços – tais como a padronização de mensagens financeiras, a interoperabilidade entre diferentes sistemas nacionais e as diferenças de fusos horários –, a fim de reduzir custos e acelerar prazos de liquidação. A instituição funciona como um canal de preferência para transações em *renminbi* no médio prazo, consolidando seu papel no eixo de uma estratégia chinesa de desdolarização (Lai, 2021; Zucker-Marques, 2025). O quadro 4 exibe os países do BRICS que possuem bancos participantes do CIPS, sendo Brasil, Rússia, Emirados Árabes Unidos, África do Sul e Indonésia os que mais possuem – com três no total em cada –, seguidos por dois da Arábia Saudita, enquanto Índia, Egito, Etiópia e Irã não possuem bancos operantes no sistema.

QUADRO 4
Participantes do BRICS no CIPS da China

País	Total	Descrição das entidades bancárias
Brasil	3	BOCOM BBM S.A, Bank of China (Brasil) S.A e Industrial and Commercial Bank of China (Brazil) RMB Clearing Bank
Rússia	3	Bank ICBC RMB Settlement Center in Russia, Bank of China (Russia) e China Construction Bank (Russia) Limited
Arábia Saudita	2	Bank of China Riyadh Branch e Industrial and Commercial Bank of China, Riyadh Branch
Emirados Árabes Unidos	3	Agricultural Bank of China (Dubai Branch), Bank of China (Dubai) Branch e Bank of China Ltd (Abu Dhabi)
África do Sul	3	China Construction Bank Corporation – Johannesburg Branch, Bank of Communications Co.,Ltd. Johannesburg Branch e Bank of China Limited Johannesburg Branch
Indonésia	3	Bank of China (Hong Kong) Limited Jakarta Branch, PT Bank ICBC Indonesia e PT Bank China Construction Bank Indonesia Tbk

Fonte: CIPS. Disponível em: https://www.cips.com.cn/en/about_us/about_cips/direct_participants_list/index.html.
Elaboração dos autores.

Apesar das qualidades operacionais do CIPS e do avanço dos mecanismos em moedas locais, a infraestrutura não é imune a sanções: sua rede – com mais de 150 participantes diretos e cerca de 1.400 indiretos – permanece majoritariamente integrada ao sistema financeiro em dólar, e muitos participantes indiretos ainda dependem de mensagens via SWIFT. Dessa forma, as afiliadas chinesas de bancos globais e filiais *offshore* de bancos estatais seguem vulneráveis a sanções secundárias

dos EUA, o que mantém a forte ligação com a infraestrutura dominada pelo dólar (Greene, 2024).

Não obstante, é imprescindível notar que vínculos bilaterais de comércio e fluxos financeiros têm a capacidade de moldar o uso de moedas internacionais, favorecendo o uso de moedas de seus parceiros geopolíticos e comerciais (Den Besten, Di Casola e Habib, 2023; Gopinath, 2024). Nesse ponto, observa-se que aqueles que mais comerciam com a China mantêm parcelas maiores de reservas em *renminbi*, indicando que a participação do RMB nas reservas aumenta com a faturação e a liquidação nessa moeda (Eichengreen *et al.*, 2022). Assim, mesmo diante das fragilidades técnicas e políticas dos instrumentos em questão, o crescimento do comércio intrabloco com a China (ver seção 2) pode incentivar a ampliação das reservas em RMB pelo BRICS e favorecer a desdolarização do grupo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate em torno da criação de sistemas de pagamento e liquidação alternativos aos já estabelecidos – bem como da adoção de uma moeda comum do BRICS – revela-se como um processo complexo que deve ser percebido em um contexto geoeconômico amplo, integrado à estratégia de desdolarização do grupo. A presidência rotativa do Brasil em 2025 ocorre em um momento no qual o BRICS ganha um papel ainda mais relevante como plataforma estratégica para a constituição de alternativas de governança das relações econômicas e políticas no plano internacional. Na perspectiva do Brasil, trata-se de uma oportunidade adicional para projetar sua imagem como potência emergente e protagonista na construção de uma ordem internacional multipolar capaz de ampliar espaços para EMEs.

A abordagem brasileira se revela equilibrada, orientada por uma lógica que busca expandir sua autonomia estratégica sem romper totalmente com os centros de poder estabelecidos e, ao mesmo tempo, administrar sua dependência histórica dos EUA. Essa tensão complexa – entre aproveitar o BRICS para fortalecer sua soberania monetária e manter relações estáveis com as grandes potências – é essencial para entender como a estratégia brasileira recente não foi uma recusa aberta ao domínio do dólar, mas sim um movimento para mitigar vulnerabilidades, diversificar riscos e posicionar o Brasil como elo entre as economias emergentes em desenvolvimento e os centros econômicos consolidados, considerando os desenvolvimentos geopolíticos em curso.

No que se refere à criação de uma moeda comum, ressalta-se a ausência de progresso e consenso político que viabilize a evolução da pauta. Sob a presidência russa e com a Declaração de Kazan (2024), contudo, o bloco deu passos concretos ao apresentar o BRICS Unit e ao propor uma *stablecoin* lastreada em CBDCs. Ainda assim, emergem desafios estruturais: a padronização de normas contábeis e

regulatórias e as disparidades macroeconômicas entre os membros surgem como entraves centrais. Na presidência brasileira e na Declaração do Rio de Janeiro (2025), o foco voltou-se para consolidar os sistemas de pagamento existentes, relegando a ideia de uma moeda comum ao segundo plano. Interpreta-se, portanto, que essa retração reflete, em grande medida, as dificuldades técnicas e políticas de avançar neste sentido, além de possivelmente considerar também o receio de retaliações geopolíticas. Ressalta-se, ainda, que até o momento não há proposta definitiva de moeda comum, permanecendo como ideia restrita ao campo retórico.

Quanto aos arranjos em moedas locais, verificou-se que sua combinação constrói uma arquitetura financeira gradual, alternativa ao dólar, alicerçada na cooperação interna e nos recursos próprios dos países-membros. Essa dinâmica segue uma tendência global de recorrer a financiamentos, garantias e transações comerciais em moedas nacionais. No entanto, o grupo depara-se com os percalços da complexidade de conciliar cinco sistemas financeiros distintos, das limitações institucionais do BRICS e, acima de tudo, das pressões geopolíticas que induzem alguns membros, com relações equilibradas entre potências divergentes, a manter posturas mais cautelosas – a saber, o Brasil e a Índia.

Esse contexto projeta um cenário de novas possibilidades com a Índia assumindo a presidência em 2026, quando as prioridades de Nova Délhi deverão influenciar o rumo do BRICS na pauta da desdolarização, ao mesmo tempo que se espera um agravamento das tensões geopolíticas. A postura indiana, marcada por fortes laços com os EUA e por recentes decisões comerciais que revelam cautela em ampliar excessivamente a influência sino-centrada no grupo, tende a desempenhar papel importante nesse processo.

REFERÊNCIAS

AIYAR, Shekhar; ILYINA, Anna. Geoeconomic fragmentation: an overview. *In*: AIYAR, Shekhar; PRESBITERO, Andrea F.; RUTA, Michele (ed.). **Geoeconomic fragmentation**: the economic risks from a fractured world economy. [*S. l.*]: CEPR/IMF, 2023. p. 9-18.

AMORIM, Celso. Brazilian foreign policy under president Lula (2003-2010): an overview. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, p. 214-240, 2010.

APEX – AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS. **Brasil assina mais de 20 acordos de cooperação em missão empresarial em Pequim**. Brasília: Apex, 2023.

ARMIJO, Leslie Elliott; KATADA, Saori N. Theorizing the financial statecraft of emerging powers. **New Political Economy**, v. 20, n. 1, p. 42-62, 2015.

ARSLANALP, Serkan; EICHENGREEN, Barry J.; SIMPSON-BELL, Chima. **The stealth erosion of dollar dominance**: active diversifiers and the rise of nontraditional reserve currencies. [*S. l.*]: IMF, 2022. (IMF Working Papers, n. 2022/058).

BAI, Gao. From de-risking to de-dollarization: the BRICS currency and the future of the international financial order. The BRICS and de-dollarisation: opportunities and challenges. **Wenhua Zongheng**, v. 2, n. 1, 2024. Disponível em: https://thetricontinental.org/wenhua-zongheng-2024-1-brics-dedollarisation-opportunities-challenges-2/. Acesso em: 28 jul. 2025.

BARTLETT, Kate. **Common currency on agenda for South African BRICS Summit**. [*S. l.*]: VOA, 12 maio 2023. Disponível em: https://www.voanews.com/a/common-currency-on-agenda-for-south-african-brics-summit/7090756.html. Acesso em: 28 jul. 2025.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. **BRICS financial and monetary initiatives** – the New Development Bank, the Contingent Reserve Arrangement, and a possible new currency. Moscou: Valdai Discussion Club, 2023. Disponível em: https://valdaiclub.com/a/highlights/brics-financial-and-monetary-initiatives/. Acesso em: 1º ago. 2025.

BERTHONNET, Irène; BRACARENSE, Natalia. Chinese institutional considerations for the internationalization of the renminbi: a network effect perspective. **Journal of Economic Issues**, v. 56, n. 4, p. 1019-1039, 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Cresce número de exportadores em 2014**. Brasília: MDIC, 5 jan. 2015a. Disponível em: https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/mdic/comercio-exterior/cresce-numero-de-exportadores-em-2014. Acesso em: 1º jul. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. V Cúpula do BRICS: Declaração de e-Thekwini. **Gov.br**, 2015b. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/v-cupula-do-brics-durban-27-de-marco-de-2013-brics-e-africa-parceria-para-o-desenvolvimento-integracao-e-industrializacao-declaracao-de-e-thekwini.

BRASIL. Presidência da República. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse de Dilma Rousseff na presidência do NBD. **Gov.br**, 14 abr. 2023a. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-posse-de-dilma-rousseff-na-presidencia-do-nbd. Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Acordos assinados pelo setor privado e por entes públicos brasileiros por ocasião da visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à República Popular da China. **Gov. br**, 2023b. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/acordos-assinados-pelo-setor-privado-e-por-entes-publicos-brasileiros-por-ocasiao-da-visita-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-a-republica-popular-da-china.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Declaração de Joanesburgo II – Sandton, Gauteng, África do Sul. **Gov. br**, 2023c. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-joanesburgo-ii-sandton-gauteng-africa-do-sul-23-de-agosto-de-2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. XVI Cúpula do BRICS – Kazan, declaração final. **Gov.br**, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/xvi-cupula-do-brics-2013-kazan-russia-22-a-24-de-outubro-de-2024-declaracao-final. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Declaração de Líderes do BRICS – Rio de Janeiro. **Gov. br**, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-lideres-do-brics-2014-rio-de-janeiro-06-de-julho-de-2025#:~:text=Condenamos%20a%20imposi%C3%A7%C3%A3o%20de%20medidas,os%20direitos%20ao%20desenvolvimento%2C%20%C3%A0. Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Secretaria de Comércio Exterior. **Exportação e importação por moeda declarada**. Brasília: MDIC/SECEX, [*s. d.*]. Disponível em: https://balanca.economia.gov.br/balanca/outras/moedas/moeda_declarada.html.

BRASIL e China firmam parceria estratégica para integração ferroviária continental. **Agência Gov**, 7 jul. 2025. Disponível em: https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202507/brasil-e-china-firmam-parceria-estrategica-para-integracao-ferroviaria-continental. Acesso em: 28 jul. 2025.

BRESLIN, Shaun. **China and the global political economy**. [*S. l.*]: Springer, 2016.

BRIC. **Declaração Conjunta de 2009**. 2009. Disponível em: https://brics.br/pt-br/sobre-o-brics/cupulas-anteriores. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRICS. **Joint Statement**: 1st BRICS Finance Ministers and Central Bank Governors (FMCBG) Meeting. BRICS Brasil, 2025a. Disponível em: https://brics.br/pt-br/documentos/economia-financas-comercio-e-infraestrutura. Acesso em: 28 jul. 2025.

BRICS. **BRICS GDP outperforms global average, accounts for 40% of world economy**. BRICS Brasil, 2025b. Disponível em: https://brics.br/en/news/brics-gdp-outperforms-global-average-accounts-for-40-of-world-economy. Acesso em: 30 out. 2025.

BRICS BUSINESS COUNCIL. **Annual Report 2023/24**. Moscou: BRICS, 2024. Disponível em: https://bbf2a463-6e2c-4484-b1b1-b55a3678d857.selstorage.ru/BRICS_ar_2024.pdf. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRICS CHAIRMANSHIP RESEARCH. **Improvement of the International Monetary and Financial System**. 2024. Disponível em: https://minfin.gov.ru/common/upload/press_center/2024/10/BRICS_Research_on_IMFS_20241008.pdf. Acesso em: 28 jul. 2025.

CHEN, Ian Tsung-yen. China's status deficit and the debut of the Asian Infrastructure Investment Bank. **The Pacific Review**, v. 33, n. 5, p. 697-727, 2020.

CHENG, Joseph Y. S. China's approach to BRICS. **Journal of Contemporary China**, v. 24, n. 92, p. 357-375, 2015.

CHEY, Hyoung-kyu. Can the renminbi rise as a global currency? The political economy of currency internationalization. **Asian Survey**, v. 53, n. 2, p. 348-368, 2013.

CHEY, Hyoung-kyu. **The international political economy of the renminbi**: currency internationalization and reactive currency statecraft. Abingdon: Routledge, 2021.

COHEN, Benjamin J. Currency and state power. *In*: FINNEMORE, Martha; GOLDSTEIN, Judith (ed.). **Back to basics**: state power in a contemporary world. Oxford: Oxford University Press, 2013. p.159-176.

COHEN, Benjamin J. **Currency power**: understanding monetary rivalry. Princeton University Press, 2015.

COHEN, Benjamin J. **Currency statecraft**: monetary rivalry and geopolitical ambition. Chicago: University of Chicago Press, 2018.

COM PRIMEIRO-MINISTRO da China, Lula enfatiza excelente momento da relação bilateral. **Agência Gov**, 5 jul. 2025. Disponível em: https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202507/com-primeiro-ministro-da-china-lula-enfatiza-excelente-momento-da-relacao-bilateral. Acesso em: 28 jul. 2025.

DEN BESTEN, Tamar; DI CASOLA, Paola; HABIB, Maurizio Michael. **Geopolitical fragmentation risks and international currencies**. The international role of the euro. [*S. l.*]: ECB, 2023.

DUGGAN, Niall; AZALIA, Juan Carlos Ladines; REWIZORSKI, Marek. The structural power of the BRICS (Brazil, Russia, India, China and South Africa) in multilateral development finance: a case study of the New Development Bank. **International Political Science Review**, v. 43, n. 4, p. 495-511, 2022.

EICHENGREEN, Barry. **Exorbitant privilege**: the rise and fall of the dollar and the future of the international monetary system. Oxford: Oxford University Press, 2011.

EICHENGREEN, Barry. **Sanctions, SWIFT, and China's cross-border interbank payments system**. [*S. l.*]: CSIS, 2022.

EICHENGREEN, Barry *et al*. **Is capital account convertibility required for the renminbi to acquire reserve currency status?** Paris: Banque de France, 2022. (Working Paper).

ESTADOS UNIDOS. Addressing threats to the United States by the government of Brazil. **The White House**, July 30, 2025.

FARRELL, Henry; NEWMAN, Abraham L. Weaponized interdependence: how global economic networks shape state coercion. **International Security**, v. 44, n. 1, p. 42-79, 2019.

FERRAGAMO, Mariel. What is the BRICS group and why is it expanding? **Council on Foreign Relations**, v. 18, 2025.

FLEMES, Daniel; SARAIVA, Miriam Gomes. Emerging powers in the network order: the case of Brazil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, p. 214-232, 2014.

FREYMANN, Eyck; HENG, Calvin. The logic of partial RMB internationalization: PRC perspectives on "financial war". **The China Quarterly**, p. 1-16, 2025.

FRITZ, Barbara; PAULA, Luiz F. de; PRATES, Daniela Magalhães. Global currency hierarchy and national policy space: a framework for peripheral economies. **European Journal of Economics and Economic Policies**, v. 15, n. 2, p. 208-218, 2018.

GARCIA, Ana. **Desafios dos BRICS e a presidência brasileira do bloco**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2025. Disponível em: https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/22108.pdf.

GOLPADAS, Ronak; SINGH, Priyal. **BRICS Summit 2025**: will slow and steady actually win the race? ISS Africa, 9 jul. 2025. Disponível em: https://issafrica.org/iss-today/brics-summit-2025-will-slow-and-steady-actually-win-the-race. Acesso em: 15 jul. 2025.

GOPINATH, Gita. **Geopolitics and its impact on global trade and the dollar**. Washington, D.C.: IMF, 2024. v. 7.

GOPINATH, Gita *et al*. Dominant currency paradigm. **American Economic Review**, v. 110, n. 3, p. 677-719, 2020.

GOURINCHAS, Pierre-Olivier; REY, Hélene; SAUZET, Maxime. The international monetary and financial system. **Annual Review of Economics**, v. 11, n. 1, p. 859-893, 2019.

GREENE, Robert. **China's Dollar Dilemma**. Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace, 2024. Disponível em: https://carnegieendowment.org/research/2024/10/chinas-dollar-dilemma?lang=en. Acesso em: 15 jul. 2025.

HOOIJMAAIJERS, Bas. The Asian Infrastructure Investment Bank: another wakeup call for the EU?. **Global Affairs**, v. 1, n. 3, p. 325-334, 2015.

HOOIJMAAIJERS, Bas. China, the BRICS, and the limitations of reshaping global economic governance. **The Pacific Review**, v. 34, n. 1, p. 29-55, 2021.

HORROCKS, Paul *et al*. **Unlocking local currency financing in emerging markets and developing economies**: what role can donors, development finance institutions and multilateral development banks play? Paris: OECD Publishing, 2025.

JOHNSTON, Lauren A. The BRICS, the dollar and SWIFT: a review of evolving interests and monetary reform momentum. **South African Journal of International Affairs**, p. 1-24, 2025.

KALOUT, Hussein; DA COSTA, Hugo Bras Martins. A rivalidade China-EUA e os interesses estratégicos do Brasil. **CEBRI-Revista**: Brazilian Journal of International Affairs, n. 2, p. 70-89, 2022.

KATADA, Saori N.; ROBERTS, Cynthia; ARMIJO, Leslie Elliott. The varieties of collective financial statecraft: the BRICS and China. **Political Science Quarterly**, v. 132, n. 3, p. 403-433, 2017.

KIRSHNER, Jonathan. Money is politics. **Review of International Political Economy**, v. 10, n. 4, p. 645-660, 2003.

KIRSHNER, Jonathan. **Currency and coercion**: the political economy of international monetary power. Princeton University Press, 2020.

KOOSAKUL, Jakree; ZHANG, Longmei; ZIA, Maryam. **Geopolitical proximity and the use of global currencies**. [*S. l.*]: IMF, 2024. (IMF Working Papers, n. 2024/189).

KRUGMAN, Paul. **Has Brazil invented the future of money?** 2025. Disponível em: https://paulkrugman.substack.com/p/has-brazil-invented-the-future-of. Acesso em: 8 jul. 2025.

KUMAR, Rajan *et al*. **Locating BRICS in the global order**: perspectives from the Global South. 1st ed. London: Routledge India, 2022.

LAI, Edwin L.-C. **One currency, two markets**: China's attempt to internationalize the renminbi. Cambridge University Press, 2021.

LAVROV diz que a transição para moedas que não o dólar é "imparável". **Reuters**, Londres, 25 abr. 2023. Disponível em: https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2023/04/25/lavrov-diz-que-transicao-para-moedas-que-nao-o-dolar-e-imparavel.htm?cmpid=copiaecola. Acesso em: 1º jul. 2025.

LEE, Yong Wook; LIM, Kyuteg. Status quo crisis again? RMB challenges and dollar hegemony. **New Political Economy**, v. 29, n. 5, p. 709-732, 2024.

LIANG, Yan. RMB internationalization and financing belt-road initiative: an MMT perspective. **The Chinese Economy**, v. 53, n. 4, p. 317-328, 2020.

LIAO, Steven; MCDOWELL, Daniel. Redback rising: China's bilateral swap agreements and renminbi internationalization. **International Studies Quarterly**, v. 59, n. 3, p. 401-422, 2015.

LIU, Zongyuan Zoe; PAPA, Mihaela. **Can BRICS de-dollarize the global financial system?** Cambridge University Press, 2022.

MARTINS, Michelle Márcia Viana; NONNENBERG, Marcelo José Braga. **Geoeconomia e protecionismo**: novas configurações do comércio internacional. Rio de Janeiro: Ipea, 2025. (Texto para Discussão, n. 3091).

MÁXIMO, Wellton. Brazilian and Chinese central banks sign currency swap deal. Brasília: **Agência Brasil**, 13 maio 2025. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/en/economia/noticia/2025-05/brazilian-and-chinese-central-banks-sign-currency-swap-deal. Acesso em: 28 jul. 2025.

MAZIAD, Samar *et al*. **Internationalization of emerging market currencies**: a balance between risks and rewards. [*S. l.*]: IMF, 2011. (IMF Staff Discussion Note, 11/17).

MCDOWELL, Daniel. **Bucking the buck**: US financial sanctions and the international backlash against the dollar. Oxford University Press, 2023.

MCNALLY, Christopher A. The political economic logic of RMB internationalization: a study in Sino-capitalism. **International Politics**, v. 52, n. 6, p. 704-723, 2015.

MOLINA, Leandro. **Embaixador Mauricio Lyrio destaca prioridades do Brasil no BRICS e desmistifica criação de nova moeda**. Brasília: BRICS Brasil, 21 fev. 2025. Disponível em: https://brics.br/pt-br/noticias/embaixador-mauricio-lyrio-destaca-prioridades-do-brasil-no-brics-e-desmistifica-criacao-de-nova-moeda. Acesso em: 28 jul. 2025.

MOURA, Bruno de Freitas. Especialista avalia que Brasil não quer que o Brics seja antiocidental. **Agência Brasil**, 29 jun. 2025. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-06/especialista-avalia-que-brasil-nao-quer-que-o-brics-seja-antiocidental. Acesso em: 30 jul. 2025.

NACH, Marida; NCWADI, Ronney. BRICS economic integration: prospects and challenges. **South African Journal of International Affairs**, v. 31, n. 2, p. 151-166, 2024.

NDB – NEW DEVELOPMENT BANK. **Developing solutions for a sustainable future**: Annual Report 2017. 2017. Disponível em: https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2018/07/NDB_AR2017.pdf. Acesso em: 15 jul. 2025.

NICAS, Jack. No one is defying Trump like Brazil's president. **The New York Times**, 30 jul. 2025. Disponível em: https://www.nytimes.com/2025/07/30/world/americas/brazil-president-lula-trump-tariffs.html. Acesso em: 1º ago. 2025.

NÖLKE, Andreas. Private institutions in infrastructural geoeconomics: limits to the rise of emerging economies in global finance. **Finance and Space**, v. 1, n. 1, p. 282-298, 2024.

NORRLÖF, Carla. The dollar still dominates: American financial power in the age of great-power competition. **Foreign Affairs**, v. 21, 2023.

OCAMPO, José Antonio. **Resetting the international monetary (non) system**. Oxford University Press, 2017.

O'NEILL, Jim. The BRICS still don't matter. **Project Syndicate**, 7 out. 2024. Disponível em: https://www.project-syndicate.org/commentary/moscow-brics-summit-expanded-bloc-still-rudderless-and-ineffective-by-jim-o-neill-2024-10. Acesso em: 1º jul. 2025.

PATRICK, Stewart *et al*. **BRICS expansion and the future of world order**: perspectives from member states, partners, and aspirants. Carnegie Endowment for International Peace, 2025.

PBC – PEOPLE'S BANK OF CHINA. **Treaty for the establishment of a BRICS Contingent Reserve Arrangement**. 2014. Disponível em: http://www.pbc.gov.cn/english/130721/2882232/index.html. Acesso em: 1º jul. 2025.

PBC – PEOPLE'S BANK OF CHINA. **Assinatura de acordos bilaterais de swap de moeda local pelo Banco Popular da China**. 25 jun. 2025. Disponível em: http://www.pbc.gov.cn/huobizhengceersi/214481/5546061/5738275/index.html. Acesso em: 28 jul. 2025.

PEREZ-SAIZ, Hector; ZHANG, Longmei. **Renminbi usage in cross-border payments**: regional patterns and the role of swaps lines and offshore clearing banks. [*S. l.*]: IMF, 2023. (IMF Working Papers, 2023/077).

PERUFFO, Luiza; CUNHA, André Moreira; BICHARA, Julimar da Silva. Foreign states responses to RMB internationalization: an analysis of the Brazilian case. **Macau Journal of Brazilian Studies**, v. 7, n. I, Apr. 2024.

PETRY, Johannes. China's rise, weaponised interdependence and the increasingly contested geographies of global finance. **Finance and Space**, v. 1, n. 1, p. 49-57, 2024.

PETRY, Johannes; NÖLKE, Andreas. **BRICS and the global financial order**: liberalism contested? Cambridge University Press, 2024.

PRATES, Daniela Magalhães. **Monetary sovereignty, currency hierarchy and policy space**: a post-Keynesian approach. Campinas: IE-Unicamp, 2017. (Texto para Discussão, n. 315).

PROKOPENKO, Alexandra. What are the limits to Russia's "yuanization"? **Carnegie Politika**, 27 maio 2024. Disponível em: https://carnegieendowment.org/russia-eurasia/politika/2024/05/china-russia-yuan?lang=en. Acesso em: 1º jul. 2025.

QUADROS, Sérgio Edegar Girardi de. **Internacionalização do *Renminbi***: a percepção das empresas brasileiras em relação ao processo de internacionalização da moeda da China. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Gestão e Negócios, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2020.

RAVALLION, Martin. The World Bank: why it is still needed and why it still disappoints. **Journal of Economic Perspectives**, v. 30, n. 1, p. 77-94, 2016.

ROBERTS, Cynthia. The BRICS in the era of renewed great power competition. **Strategic Analysis**, v. 43, n. 6, p. 469-486, 2019.

ROBERTS, Cynthia; ARMIJO, Leslie; KATADA, Saori. **The BRICS and collective financial statecraft**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

SÁ, Nelson de. Vale e Suzano já vendem para a China em moeda chinesa. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 2024.

SIRIPURAPU, Anshu; BERMAN, Noah. **The dollar**: the world's reserve currency. Nova Iorque: Council on Foreign Relations, 2023. Disponível em: https://www. cfr. org/backgrounder/dollar-worlds-reserve-currency. Acesso em: 28 jul. 2025.

STEIL, Ben; DELLA ROCCA, Benjamin; WALKER, Dinah. **Central bank currency swaps tracker**. Nova Iorque: Council on Foreign Relations, 2021.

STEIL, Benn; HARDING, Elisabeth; ZUCKER, Samuel. **Central bank currency swaps tracker**. Nova Iorque: Council of Foreign Relations, 2019.

STOTT, Michael. Brazil to double down on Brics in defiance of Donald Trump. **Financial Times**, jul. 2025. Disponível em: https://www.ft.com/content/61e59cc5-b05d-4692-9cad-b27ea7bbfbce. Acesso em: 1º ago. 2025.

STUENKEL, Oliver. The financial crisis, contested legitimacy, and the genesis of intra-BRICS cooperation. **Global Governance**, p. 611-630, 2013.

STUENKEL, Oliver. In Rio, BRICS tries to play it safe. **Foreign Policy**, 7 ago. 2025. Disponível em: https://foreignpolicy.com/2025/07/08/brics-rio-summit-2025-brazil-lula-trump-tariffs-us/. Acesso em: 15 ago. 2025.

SUBACCHI, Paola. **The people's money**: how China is building a global currency. Columbia University Press, 2016.

THE WORLD BANK. **Multipolarity**: the new global economy. Washington, D.C.: The World Bank, 2011.

TOKARNIA, Mariana. Dilma: Banco do Brics terá 30% da carteira em moedas locais em 2026. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-07/dilma-banco-do-brics-tera-30-da-carteira-em-moedas-locais-em-2026#:~:text=Segundo%20Dilma%2C%20cerca%20de%2025,usam%20esse%20tipo%20de%20opera%C3%A7%C3%A3o.

VECCHIATTO, Paul. South Africa urges careful debate on option of introducing BRICS common currency. **Bloomberg**, 5 out. 2023. Disponível em: https://www.bloomberg.com/news/articles/2023-05-10/south-africa-urges-careful-debate-on-option-of-introducing-brics-common-currency?embedded-checkout=true. Acesso em: 1º jul. 2025.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, v. 29, p. 273-335, 2007.

ZHANG, Falin; CUI, Yang; CAMPBELL-VERDUYN, Malcolm. Digital RMB vs. dollar hegemony? Friendly foes in China-US currency competition. **Journal of Chinese Political Science**, v. 29, p. 483-508, 2023.

ZHANG, Xiangying; WANG, Ge. Do the US and Europe financial sanctions help promote RMB internationalization? **Applied Economics Letters**, p. 1-6, 2024.

ZUCKER-MARQUES, Marina. Currency internationalization, payment infrastructures and central banks: an institutional analysis of renminbi internationalization. **Research in International Business and Finance**, v. 73, p. 102571, 2025.